

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI N.º 619/2007

Regulamenta o art. 60, inciso II., alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. ... As administrações municipais e estaduais terão prazo de 24 meses para incluir a aprovação dos respectivos planos de carreiras atualizados no termo dessa lei.”

“ Parágrafo Único . Os valores previstos nesta lei serão integralizados até janeiro de 2010.”

JUSTIFICATIVA

Acreditamos que o revés dessa situação concentra-se em priorizar a educação dentro de um projeto de Estado para o desenvolvimento inclusivo do país. E neste sentido, a valorização profissional dos educadores é tema central que deve ter como elementos indissociáveis: a carreira, a jornada, o salário e a formação.

Sala das Comissões, em de 2007.

PAULO RUBEM SANTIAGO

Deputado Federal PT/PE